

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR:
UMA PRÁTICA DE GESTÃO EM CLASSES ESPECIAIS
EM UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Magda Raquel Glienke Benati

Sapiranga, RS, Brasil

2014

**LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR:
UMA PRÁTICA DE GESTÃO EM CLASSES ESPECIAIS
EM UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO**

Magda Raquel Glienke Benati

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Professora Débora Teixeira de Mello

Sapiranga, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR:
UMA PRÁTICA DE GESTÃO EM CLASSES ESPECIAIS
EM UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO**

elaborada por
Magda Raquel Glienke Benati

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Débora Teixeira de Mello, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)

Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro, Ms. (UFSM)

Sapiranga, 29 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida e por todas as oportunidades de crescimento que proporcionou em minha caminhada até aqui.

Ao meu esposo Mauro pelo amor que tem por mim e pelo apoio constante.

Às nossas meninas Rebeca Eduarda e Débora Carolina, pela percepção que elas têm da importância de aprender e ser responsável neste processo de constante descoberta. Pelas vezes que perguntavam se a professora havia gostado do meu trabalho e quantas páginas deveria escrever para “ficar pronto”. Pelos seus sorrisos, seus chamegos e pelo interesse que demonstraram pelo estudo da mamãe.

Aos meus pais, meus educadores natos, que me fizeram acreditar que a “menina da roça” também poderia estudar e vencer. Bastava enfrentar a vida com garra, sem esmorecer diante das dificuldades.

À diretora da escola pela oportunidade de trabalho e por possibilitar a pesquisa.

Aos colegas, professores, por terem colaborado com suas respostas às entrevistas.

À minha orientadora por conduzir a orientação com carinho dando-me confiança nos passos que eu estava seguindo.

À UFMS pela oportunidade de frequentar um curso de Pós Graduação na modalidade de EAD, fazendo-me conhecê-la. E pela percepção de que trazer a universidade para perto seria a oportunidade de muitos para estudarem.

Sugiro um novo olhar sobre as pessoas, voltando mais às habilidades do que às deficiências. Quando somos valorizados, é mais fácil aceitar nossos pontos fracos e buscarmos maneiras de nos superar ou mesmo conviver de forma transcendente ou mais harmoniosa com nossas imperfeições humanas. (SILVA, 2004)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA PRÁTICA DE GESTÃO EM CLASSES ESPECIAIS EM UMA ESCOLA REGURAL DE ENSINO

AUTORA: MAGDA RAQUEL GLIENKE BENATI

ORIENTADOR: DÉBORA TEIXEIRA DE MELLO

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 29 de novembro de 2014.

Esta monografia de conclusão do Pós em Gestão Educacional (EAD/UFSM) aborda a prática de gestão da educação de surdos, em classes especiais, a qual acontece em uma escola particular e filantrópica no município de Sapiranga (RS). Em minha pesquisa tenho por objetivo fazer a descrição e análise desta prática de gestão de turmas de classes especiais de surdos que acontece há 21 e verificar como os professores se posicionam diante das novas leis de inclusão. A escola mantém a educação de surdos em classes especiais contrapondo com as novas propostas de lei que demandam e tratam a educação de surdos como inclusiva. Em termos metodológicos é uma pesquisa de caráter qualitativo, que foi desenvolvida a partir do relato dos professores, por meio de entrevistas. No decorrer da pesquisa evidenciei elementos que contribuem para uma prática escolar de classes especiais se mantivesse até os dias de hoje, nesta escola, os dados levantados através das entrevistas revelam que embora haja um ordenamento legal para inclusão dos alunos surdos, na prática desta escola isto não acontece. Professores novos que entram nesse meio pensam na possibilidade de inclusão, mas suas ideias são abafadas pelos que atuam há muito tempo. A prática na educação de surdos ainda é assunto em divergência sobre o que seria melhor para a educação de surdos: classes especiais com a garantia de profissionais capacitados com a LIBRAS, mas que em contrapartida os priva da comunicação com os alunos ouvintes e destes sentirem necessidade de aprender a LIBRAS para se comunicar com os alunos surdos, ou a inclusão. Por fim, evidencio que falar da educação de alunos surdos, da permanência das classes especiais ou a implantação da inclusão destes em classes regulares envolve um processo de construção em longo prazo, estudo e reconstrução de conceitos.

Palavras-Chave: Gestão. Educação de Surdos. Inclusão, Classes Especiais. Legislação.

ABSTRACT

This final work of the Educational Management Graduate Course (EAD/UFSM) addresses the management practice of deaf education in special classes, which happens in a private and philanthropic school in the city of Sapiranga(RS). In my research I have intended to make the description and analysis of the practice of special classes of deaf which happens for 21 years and see how teachers are positioned in front of the new laws of inclusion. The school maintains the education of the deaf in special classes opposing to the new draft laws that demand and treat deaf education as inclusive. In terms of methodology, it is a qualitative research, which was developed from the speech of teachers, through interviews. During the research I pointed out elements that contribute to a school practice of special classes remained nowadays, in this school, the data collected through the interviews reveal that although there is a legal framework for the inclusion of deaf students, actually it does not happen in this school. New teachers in this area, think about the possibility of inclusion, but their ideas are left aside by the ones who work there for a long time. The practice in deaf education is still subject to disagreement about what would be the best for deaf education: special classes with the guarantee of trained professionals with Brazilian Sign Language, but would instead deprive of communication with students and these listeners feel the need to learn Brazilian Sign Language in order to communicate with deaf students, or inclusion. Finally, I point that speaking deaf students education, the permanence of special classes or the implementation of the inclusion of these in regular classes involves a process of long-term construction, study and reconstruction of concepts.

Keywords: Management. Deaf Education. Inclusion, Special Classes. Legislation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Distribuição dos alunos nas Turmas.....	20
QUADRO 2 – Descrição dos Professores Entrevistados	22
QUADRO 3 – Legislação para atendimento ao aluno surdo.....	27

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Prédio Antigo da Igreja onde iniciaram as atividades da escola, inaugurado em 1944.....	19
ILUSTRAÇÃO 2 – Foto da Inauguração do Primeiro Prédio Próprio da Escola, inaugurado em 1959.....	19

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Carta de Apresentação	44
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	45
APÊNDICE 3 - Termo de Confidencialidade	47
APÊNDICE 4 – Questionário da Pesquisa	48

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS	11
1. CAMINHOS DA PESQUISA.....	15
1.1 Contextualização da Pesquisa.....	17
1.2 Encaminhamentos Metodológicos	21
2. 2. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR	24
2.1 Apontamentos Gerais da Educação Especial	24
2.2 Educação de Surdos	27
3. OS ACHADOS DA PESQUISA: A VOZ DAS PROFESSORAS.....	30
3.1 Conhecimento sobre Políticas de Inclusão	31
3.2 Benefícios das Classes Especiais	32
3.3 Prejuízos por não estarem nas classes regulares	33
3.4 Preparo da Escola	33
3.5 Benefícios para os Alunos Ouvintes	35
3.6 Benefícios para a Sociedade	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

PALAVRAS INICIAIS

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, por uma escolha pessoal e por perceber-me como uma educadora inquieta diante dos desafios que a educação constantemente nos impõe. Ainda mais em se tratando do direito de todos à educação e mais especificamente falando de educação inclusiva. Mas principalmente porque desde janeiro de 2012 faço parte da Equipe Diretiva da Escola, ocupando o cargo de Coordenadora Pedagógica e ter oportunidade de aprender muito em se tratando de educação de surdos e ver que muitas concepções instituídas no meio são difíceis de mudar, apesar de inúmeras oportunidades de informações referentes ao assunto.

Já tive outras oportunidades de ser uma educadora pesquisadora na Especialização em Alfabetização e Letramento e no meu Mestrado. Mas sinto necessidade de realizar um novo exercício de pesquisa, que muito me atrai diante de uma realidade tão próxima, com um tema extremamente desafiador, ainda mais em se tratando de uma especialização em gestão.

A busca de dados, através das entrevistas com os professores significa ouvir o que pensam os professores em se tratando da educação de surdos e abrir possibilidades de diálogos entre o que a educação nacional hoje propõe em se tratando de inclusão e uma prática de classes especiais que persiste. Realizar este projeto significa refletir sobre os caminhos que a escola pode proporcionar. O fato de fazer parte do quadro de educadores desta escola torna o estudo mais envolvente e propício ao êxito e o torna relevante por fazer refletir sobre a minha realidade escolar.

Tive possibilidade de acesso a fontes de informações e elementos que contribuíram na reflexão sobre a educação de surdos numa escola filantrópica, no município de Sapiranga/RS, e as novas políticas sobre a Educação Especial, garantindo assim o sucesso no resgate de informações com os professores que ali trabalham.

Particularmente, penso que nos desafiamos a um projeto de pesquisa motivados por alguma razão especial. Muitas vezes pensei se realmente apontaria o real motivo que me levou a pesquisar um tema bastante desconhecido por mim. Mas optei por contar a razão de minha pesquisa. Quando nos formamos em algum curso sentimo-nos motivados para mostrar ao mundo nossas descobertas, mas ao nos depararmos com a realidade escolar imediata, vemos que o cotidiano ainda está muito distante da teoria. Como especialista em Alfabetização e Letramento e Mestre em Educação e coordenadora me atrevi a discordar da professora que há muitos anos alfabetiza os alunos surdos da escola. Mencionei que acreditava que o processo de alfabetização deveria dar-se com a letra bastão, pois a letra cursiva é muito complexa e ainda mais para os alunos que estariam tendo o primeiro contato com a libras na escola. Afirmei que pensava ser necessário fazer um processo paralelo de aquisição da palavra escrita com a sinalização da libras e a compreensão de significado da palavra. E naquele momento, eu Especialista em Alfabetização e Letramento e Mestre, literalmente, foi-me dito que não sabia nada de educação de surdos, pois ela trabalhava há mais de vinte anos com alfabetização de surdos.

Surge então o momento em que me calei, diante da “ignorância”, julgo eu a da professora, mas no fundo pensado que a minha formação em alfabetização e letramento e o mestrado, não ter valido de nada, talvez a “ignorante” fosse eu. Por este motivo me proponho a pesquisar sobre a educação de surdos diante do que se apresenta no atual cenário da inclusão contrapondo a prática iniciada a 21 anos, de classes especiais de surdos na escola onde trabalho há três anos e que defende veementemente esta prática.

Penso que o que nos torna melhores como educadores é: estamos cientes que não somos donos da verdade, mas precisamos manifestar nossas opiniões receber as colocações de colegas e se necessário estudar para nos atualizarmos, teorizar a prática ou ainda rever conceitos.

Vejo-me com uma educadora atualizada, que está sempre em busca de informação, mas entristeço-me diante daqueles que acham que já sabem tudo, que não estão abertos ao novo e à mudança de conceitos. E percebo que diante das muitas mudanças que vem acontecendo na educação, ainda temos educadores que se contrapõem sem nem ao menos conhecer o que se quer propor.

Penso que justifica sua realização a preponderância de temas como esse na educação, uma vez que com os estudos de Bosi (1994), Soares (1991) e Nóvoa (1992) entre outros, têm alcançado o respeito da academia e a oportunidade de revelar aos professores que suas trajetórias podem ser objeto de estudo e fonte de investigação.

Diante do já exposto, da dúvida se deveria mexer em um tema tão complexo e divergente e ainda da minha inquietude, surge o meu objeto de pesquisa para o curso de Pós em Gestão Educacional. Minha pesquisa teve por objetivo dialogar entre o que os aspectos legais preveem para a educação de surdos, na atualidade com a prática de 21 anos na educação de surdos, em classes especiais, em uma escola particular e filantrópica no município de Sapiranga/RS.

Procurei atingir meu objetivo de pesquisa através da abordagem do seguinte objetivo geral: analisar e compreender como a nova legislação de inclusão esta modificando ou não a realidade das escolas especiais.

Tendo como objetivos específicos verificar se: Os professores veem a possibilidade de incluir os alunos surdos conforme prevê a política de inclusão? Os professores percebem a educação de surdos em classes especiais como uma prática de exclusão? As práticas pedagógicas apontam a possibilidades de ganhos para os surdos, ouvintes e comunidade em geral com a inclusão de surdos em turma regulares?

Como gestores, precisamos perceber o cotidiano de nossa escola e movermo-nos em busca de renovação constante, a tão almejada formação continuada. E se colocados em dúvida, não podemos nos ater somente ao viés da pratica e não somente nos prendermos a teoria. Precisamos teorizar a nossa prática diária, buscar a junção de ambas, para que haja renovação de conceitos e crescimento na educação.

A importância de uma pesquisa desse cunho, para mim, professora, se localiza na certeza de que desenvolver um perfil de pesquisador não é uma tarefa fácil; é desafiante e necessita persistência. A pesquisa que desejo realizar representa uma reflexão sobre educação de surdos e inclusão. Significa refletir sobre a educação de uma maneira mais profunda, buscando tecer ligações sólidas e instigantes entre teoria e prática.

Ser professor é estar atento ao que acontece no mundo. E se observarmos todo o movimento de inclusão, ele se dá na sociedade e se estende para o meio escolar. Sendo que a escola deveria ser o condutor para que esta efetivamente aconteça. Assim sendo, a educação é carregada de sentidos atribuídos, ideológica, mantendo ou transformando suas relações.

Desta forma, esta monografia está organizada nos seguintes capítulos: no primeiro, intitulado **Os caminhos da pesquisa: contextualização e metodologia** dando ao leitor o mapeamento da pesquisa e a forma como aconteceu.

O segundo, denominado **Aspectos Legais da Inclusão Escolar**, teorizando sobre o que se pensa sobre o tema, na atualidade.

No terceiro, Análise de dados: **Os achados da Pesquisa: A voz dos professores**, O que falam os professores que trabalham com a educação de surdos? Assim traçarei um contraponto da lei com a prática diária da escola, aproveitando dados coletados nas entrevistas. E finalizo com minhas considerações.

1. CAMINHOS DA PESQUISA

Hino de Sapiranga/RS

*“Um rio, um vale, uma terra ditosa
Na região extremo austral do Brasil.
Eu voo livre na Cidade das Rosas:
É Sapiranga, venha ver quem não viu!*

*O Rio dos Sinos, bosques, parques e lagos,
Temos colinas com belas cachoeiras.
Em suas florestas, vicejantes regatos,
Na primavera, temos flores montesas.*

*Que bela é nossa cidade! Aqui
Tem uma brisa que vem lá da montanha.
E esta gente capaz, que desperta
Bem cedo, constrói Sapiranga.*

*O morro é o Ferrabraz, que já foi
O Cenário dos Muckers, outrora:
Por Jacobina, a guerreira sagaz
Que virou lenda na Cidade das Rosas.*

*A odisseia dos teus imigrantes,
Pelos meandros da Serra Geral,
Foi o prelúdio de um povo triunfante,
Que Sapiranga veio a nós revelar.*

*Desbravadores, audaciosos alemães,
Tenazes homens de uma terra distante,
Que nos legaram tradições e foram
Os precursores desta indústria pujante!*

*A grande história fazemos agora
Perpetuar a grande obra divina,
Lapidar nesta garbosa oficina,
A imponente Cidade das Rosas!*

*Pavimentar os caminhos do Futuro,
Sem esquecer as veredas do passado :
É escrever um mito, com muito orgulho,
Por atributos que nos foram legados!”¹*

¹ Composição de Elzo Juarez de Sousa.

Quando realizamos uma caminhada em um curso de Pós Graduação, parece que ao finalizarmos e nos debruçarmos sobre a monografia, nos damos conta que tudo que aprendemos foi de fundamental importância para nossa caminhada. E desta forma retomo agora ANDRÉ (2006)², destacando sua descrição da história da pesquisa em nosso país, sua trajetória, seus acréscimo e decréscimos.

A autora ao trazer um rápido apanhado da história da pesquisa, como parte de um processo. Partindo da concepção de que a busca pela construção do conhecimento científico teve sua origem no século XVI e XVII pautado em ideias que deixam de lado o senso comum e vão à busca de uma verdade científica. Dando-se grande espaço as ciências físico-naturais, pautadas na neutralidade e distanciamento do cientista para que sua pesquisa pudesse ter credibilidade através da repetição e análise dos dados. Apenas no século XX surge espaço para a pesquisa nas ciências sociais e humanas que passam para uma nova abordagem de pesquisa, qualitativa: estudos etnográficos, histórias oral, pesquisa ação, pesquisa participante.

Referencia-se à história da pesquisa com uma analogia, descrevendo-a em fases de “nascimento” e “maioridade” da pesquisa. Quando o enfoque da pesquisa escolar se dá a psicologia (focado no sujeito), depois aos estudos voltados a levantamentos de dados regionais ligados à educação, com o foco em órgãos governamentais com INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), para posteriormente focar na construção de conhecimento científico dentro da universidade, que passa a ser intensificado com o surgimento dos cursos de pós-graduação na década de 70.

No momento em que a pesquisa se volta à educação, surgem as novas formas e novos focos de pesquisa, voltados à estruturação curricular, relação professor aluno e todo entorno escolar (foco no processo). Abre-se espaço para pensar diferente sobre o que já tinha verdades pré-estabeleci das.

Conforme ANDRÉ (2006) o meio escolar passa ser fonte de pesquisa:

“...passa-se a uma maior atenção ao peso dos fatores intra-escolares: é o momento em que aparecem os estudos que se debruçam sobre o cotidiano escolar, focalizam o currículo, as interações sociais na escola, as formas de

² A obra “A Jovem Pesquisa Brasileira” da Autora Marli André, que é referência na pesquisa, professora do Programa de Pós- graduação em Educação da PUC/SP.

organização do trabalho pedagógico, a aprendizagem da leitura e da escrita, a disciplina e a avaliação. O exame de questões gerais, quase universais, vai dando lugar a análises de problemáticas locais, investigadas em seu contexto específico.” (2006, p. 16)

Cabe, a cada um de nós, “jovens pesquisadores” e aí me incluo darmos o melhor de nós, em nossa pesquisa, para qualificá-las. Precisamos de fibra e acreditar que o nosso objeto será de relevância e tenha rigor científico. Desta forma me incluo ao novo perfil de pesquisadora, que produz ciência debruçando-se ao olhar do cotidiano escolar, refletindo e teorizando o cotidiano escolar.

Com tudo isso pode dizer que, me sinto privilegiada, por fazer parte de um grupo seletivo que pode fazer contribuição na área de pesquisa. Sentir-me num espaço de busca, de qualificação na educação. Ao mesmo tempo as pernas tremem, quando me percebo pesquisando um tema ao mesmo tempo tão relevante e atual, contrapondo-se a sua polêmica e divergente em opiniões.

1.1 Contextualização da Pesquisa

Com o intuito de localizar o tempo e o espaço desta pesquisa, que aborda a prática e gestão de classes especiais contrapondo-a a nova legislação de inclusão, apresento neste subcapítulo breves aspectos da cidade e suas origens e da escola onde se realizou a respectiva pesquisa.

O município de Sapiranga/RS localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre/RS, distante 60 quilômetros desta capital, mesmo assim trás características interioranas, com uma área de 137,50 quilômetros quadrados. Antes de sua emancipação, pertencia ao município de São Leopoldo/RS, era o quinto distrito, denominada como localidade de Padre Eterno. Sendo que sua emancipação aconteceu em quinze de dezembro de 1954, com a lei de número 2.529.

Atualmente tem 85.979 habitantes. Sua população é em grande parte de origem alemã, mas boa parte constituiu-se da migração de pessoas de diferentes municípios do RS, vindos à Sapiranga em busca de emprego nas fábricas de calçados. Também conhecida como Cidade das rosas, das bicicletas e do voo livre.

A pesquisa de campo deste estudo realizou-se em uma escola particular e filantrópica que desde 1952 faz parte da comunidade sapiranguense. Sua fundação concretizou-se pela iniciativa de uma entidade religiosa, que se empenhou em criar uma escola paroquial. Visitaram as famílias da comunidade com filhos em idade escolar convidando-os para ingressarem na escola.

No dia 03 de março de 1952, no antigo templo da Igreja, localizado na Rua 28 de Fevereiro, iniciou-se o primeiro ano letivo com 34 alunos, da 1ª ao 5ª série.



Lustração 1: Prédio Antigo da Igreja onde iniciaram as atividades da escola, inaugurado em 1944.

Em 1957 iniciou-se a construção da Escola financiada pela Igreja mantenedora junto com a colaboração da indústria e do comércio local. A inauguração do prédio ocorreu em 31 de maio de 1959.



Lustração 2: Foto da Inauguração do Primeiro Prédio Próprio da Escola, inaugurado em 1959.

Ao longo destes 62 anos a Escola passou por transformações: construção de novas salas de aula, laboratório de informática e de ciências, biblioteca, quadra de esportes entre outros. Além de ampliar o ensino, primeiramente até a 8ª série do Ensino Fundamental e, atualmente, oferecendo o Ensino Médio.

Desde a sua fundação sempre assumiu sua identidade de educar na filosofia cristã, além de ressaltar os valores da família, do respeito às diferenças. Preocupando-se há 21 anos também com a educação dos alunos surdos e dos ouvintes e da cultura local, envolvida assim, na produção de uma memória histórica e de sujeitos sociais que criam e recriam o espaço e a vida social.

Ao longo do tempo, desempenhou e ainda hoje desempenha um importante papel na educação de muitos, que hoje atuam como profissionais nos mais diversos segmentos da cidade e que tiveram sua base educacional nos bancos da São Mateus. Parafraseando o hino da escola “Hoje sou aluno, amanhã cidadão, a Escola São Mateus a nossa gratidão”.

Atualmente a escola conta com o seguinte quadro de pessoal: Equipe Diretiva (diretora e duas coordenadoras) o Capelão, 46 professores, 06 estagiárias de CIEE e 07 funcionários. Sendo que destes 6 trabalham apenas com os surdos, 10 com surdos e ouvintes e 20 apenas com os ouvintes.

A grande maioria dos professores que trabalham com as classes especiais de alunos surdos, tem cedência da Prefeitura do município e, por conseguinte encaminham todos os alunos da rede, portadores de AD para serem atendidos nas classes especiais da respectiva escola.

. Os demais municípios dos arredores de Sapiranga compram vaga para os seus alunos surdos e os encaminham para esta escola particular. Por se tratar de uma escola filantrópica, nenhum dos alunos matriculados paga mensalidade, todos são portadores de bolsa integral de estudos.

A escola atende alunos nos três níveis da Educação Básica, com turmas desde o Maternal 2 (alunos de 2 anos) até a 3ª Série do Ensino Médio, distribuídos nas seguintes turmas, conforme o quadro I:

QUADRO I - Distribuição dos alunos nas turmas

SÉRIE	OUVINTES	SURDOS
EDUCAÇÃO INFANTIL		
Maternal 2	19	
Maternal 3	20	
Jardim Nível 1	18	03
Jardim Nível 2	19	03
ENSINO FUNDAMENTAL I		
1º Ano	A – 15 B – 14	04
2º Ano	26	03
3º Ano	18	04
4º Ano	19	--
5º Ano	23	02
ENSINO UNDAMENTAL II		
6º Ano	13	03
7º Ano	14	03
8º Ano	21	--
9º Ano – 8ª Série	25	02
ENSINO MÉDIO		
1ª Série – EM	18	03
2ª Série – EM	12	07
3ª Série – EM	13	03
SUB-TOTAL	307	41
TOTAL GERAL	348	

Observando o quadro acima podemos ver que hoje a escola atende um total 348 alunos, distribuídos nos três níveis da educação básica, sendo destes 41 alunos surdos e 307 alunos ouvintes.

A escola tem cinco turmas de educação infantil: Maternal 2, Maternal 3, Jardim Nível 1, Jardim Nível 2 e uma turma mista de surdos com alunos de Jardim 1 e 2. No Ensino Fundamental 1 tem oito turmas assim distribuídas: Primeiros Anos A e B, Segundo Ano. Terceiro Ano, Quarto Ano, Quinto Ano, uma turma mista de Primeiro e Segundo Ano de surdos, um Terceiro ano de Surdos e um Quinto ano de surdos – composto de meninas com outras necessidades especiais, apresentando comprometimento intelectual e não estarem alfabetizadas que possivelmente concluirão o Ensino Fundamental por terminalidade.

No Ensino Fundamental a escola tem: um Sexto Ano, um Quinto Ano, um Sétimo Ano, um Oitavo Ano, um Nono Ano (nomeado de oitava série do antigo sistema), um Sexto ano de Surdos uma turma mista de Sétimo Ano e Nono Ano (ainda nomeada de oitava série).

No Ensino Médio tem uma série de cada de turmas regulares e uma série de cada de classes especiais de surdos. Somando-se todas as turmas a escola tem hoje um total de 26 turmas: 17 turmas regulares e 9 turmas de classes especiais.

Diante da diminuição do número de professores cedidos pelo município, para o ano letivo de 2014, optou-se em realizar a junção de algumas turmas para dar conta da demanda de alunos concomitante com o número de professores disponíveis. Estão em uma mesma sala: os dois níveis de Educação Infantil; primeiro e segundo anos; sétimo ano e oitava série. As demais turmas de surdos não são mescladas.

1.2 Encaminhamentos Metodológicos

Como já mencionado caracterizo meu estudo qualitativo, como uma pesquisa ação. A coleta de dados deu-se através de relatos pessoais, por meio de entrevista semiestruturada, o que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Trivinos, 1987, p. 146).

Aspectos importantes de sua sociedade e de seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias puderam ser apanhados através das entrevistas com os professores através de seus relatos escritos, das respostas dadas às perguntas apresentadas.

Para Antonio Nóvoa (1992) a educação tem insistido em separar o eu pessoal do eu profissional, desconsiderando que os professores constroem seus saberes ao longo de suas histórias de vida. Para ele, é importante que o professor seja considerado um produtor de saberes e não apenas consumidor do conhecimento elaborado por outros para ele executar. Acredita que assim é possível que o professor respeite o saber que está de posse do aluno.

Penso que ao fazer os professores pensarem sobre a sua prática de educação de surdos e através dos questionamentos estarei os instigando a olharem no entorno da escola, para além de suas classes especiais. Elementos esses nos fazem compreender o quanto é importante aprofundar o olhar a respeito do entorno da escola.

Optei em realizar a entrevista com cinco professores, escolhidos por alguns critérios previamente definidos: que tenham contato com alunos de diferentes faixas etárias, tenham tempos diferenciados de atuação com os alunos surdos, terem tido outras experiências (em classes regulares e graduações) como alunos surdos e atuação em diferentes áreas do conhecimento. Além destas, uma entrevistada seria uma professora surda, ex-aluna da escola, por achar que poderia trazer grandes contribuições para a pesquisa, mas esta infelizmente não deu retorno à entrevista.

No quadro abaixo podemos melhor visualizar a formação, tempo de experiência profissional e atuação:

QUADRO II - Descrição dos Professores Entrevistados

Nomes	Formação/ano conclusão	Tempo de experiência profissional	Tempo de atuação na escola	Turma que atua
Professor 1	Pedagogia	25 anos	24 anos	Disciplinas de Ciências EF e Biologia EM
Professor 2	Licenciatura em Letras - 2002 Pós-graduação em Gestão - 2004	21 anos	20 anos	Literatura EM e Língua Portuguesa EF
Professor 3	Licenciatura em Matemática Mestrado – Ensino da Ciência e Matemática	16 anos	6 anos	Matemática EM e EF
Professor 4	Letras Pós em Gestão Educacional em curso	10 anos	9 anos	Língua Portuguesa EM

Iniciei a atividade de campo, expondo para a minha intenção de pesquisa para a diretora da escola, explanando sobre minha intenção de assunto a ser pesquisado e da intencionalidade de estar entrevistando alguns professores, acompanhado da Carta de Apresentação (APÊNDICE 1). Subsequentemente fiz contato com os professores por mim escolhidos para realizar a entrevista, apresentando lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (APÊNDICE 3), convidando-os a participar da minha pesquisa, respondendo ao questionário. E por fim, o termo de Confidencialidade (APÊNDICE 3), comprometendo-me, enquanto pesquisadora com o anonimato dos entrevistados, colaboradores de minha pesquisa.

O trabalho de pesquisa foi estruturado em forma de questionário (APÊNDICE 4), oportunizando ao entrevistado relatar sobre as seguintes questões: 1 - Há quantos anos atua como professora de alunos surdos?; 2 - Qual é o seu conhecimento sobre as políticas de inclusão? Relate.; 3 - Quais são os ganhos dos alunos surdos em classes especiais? 4 - O que os alunos surdos perdem por não estarem incluídos em classes regulares? 5 - Você acredita que a sua escola teria a estrutura necessária para promover a inclusão dos alunos surdos?; 6 - Quais seriam os ganhos dos alunos ouvintes com a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares? 7 - Quais seriam os benefícios para a sociedade?

Ao elaborar as perguntas pensei em não emitir posição do que seria o caminho correto a ser usado para a educação dos alunos surdos, mas através da sequência de perguntas verificar se os entrevistados conseguem perceber as perdas que os alunos surdos podem vir a ter por estarem em classes especiais, e há a percepção de ganhos que o aluno surdo poderia ter se incluído em classes regulares. E ainda se consegue olhar além da classe especial, mensurar os benefícios para os alunos ouvintes e a sociedade em geral.

2. 2. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR

“Para que a igualdade seja real, ela tem que se relativa. Isso significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todo possam usufruir as oportunidades existentes. Há que se enfatizar aqui, que tratamento diferenciado não se refere a instituição de privilégios, e sim a disponibilização das condições exigidas, na garantia da igualdade.” (Programa Nacional de Educação Inclusiva – A Fundamentação Filosófica, p.9)

Início esse capítulo com o texto extraído do Programa Nacional de Educação Inclusiva, publicado em 2004, por entender que resume bem o que quero abordar quando me referencio aos aspectos legais da inclusão escolar.

2.1 Apontamentos Gerais da Educação Especial

Se buscarmos aspectos históricos da caminhada na Educação especial poderíamos voltar a 1948, quando é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos³, incluindo aí toda e qualquer pessoa, inclusive as com deficiência. Posteriormente a este outras declarações surgiram em defesa aos excluídos da sociedade, podemos citar a Declaração de Jomtien⁴, em 1990, Declaração de Salamanca⁵, em 1994, Convenção de Guatemala⁶, em 1999, Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, em 2001.

Se nos reportarmos ao Brasil, temos como grande marco a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de

³ Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1948, em Paris.

⁴ Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990.

⁵ Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em 1994.

⁶ Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências em Guatemala, América Central, em 2001.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Decreto nº 3.298 de 1999, Plano Nacional de Educação de 2001, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica também em 2001, onde o Conselho Nacional de Educação manifesta sua intencionalidade de comprometer todo o país em dar educação para todos os alunos, em todas as suas diversidades.

O Art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Poderíamos seguir citando várias leis, decretos, portarias, resoluções, circulares e pareceres. Se realizássemos um levantamento histórico de leis e políticas públicas que abordam os direitos à inclusão poderíamos realizar vários estudos apontando unicamente para estas.

Mas este não vem a ser meu objetivo. Pois se buscarmos informações sobre as leis de direito a inclusão e políticas públicas, teremos facilmente acesso as mesmas. Mas quero sim com minha pesquisa abordar que estas por si só não dão a garantia de que de fato a inclusão aconteça, faro esse que se confirma, quando se aborda a inclusão e a exclusão de forma paralela.

Vivemos um tempo em que tanto se fala de inclusão social, que por vezes parece que o assunto já passa batido. Mas quando entramos para o meio escolar vemos que ele ainda está inacabado, ele ainda incomoda e causa divisão de opiniões, desigualdade de decisões e in-exclusão.

Ao mesmo tempo em que a inclusão parece ser a “palavra” do momento, deparamos-nos com a realidade do cotidiano escolar, que por direito legal inclui, mas ao mesmo tempo, com o despreparo da escola e dos professores exclui. Segundo GARBINI (2012, p.1) “... questões que se referem à in/exclusão escolar e formação docente, temas que vem inquietando professores que se sentem desabilitados e para tanto desautorizados para o trabalho com esses alunos considerados “diferentes”...”, surge então o termo da in-exclusão.

Segundo GARBINI (2012), este é um tema de suma relevância no meio escolar. Não há como falar de inclusão sem abordar a exclusão, pois no momento em que o aluno estiver frequentado em uma classe regular, precisa ser assistido em todas as suas necessidades e especificidades. Ela afirma que:

“As questões sobre in/exclusão ocupam espaço de destaque na área educacional, com isso, somos chamados a tomar posição neste processo, que vem a se tornar um imperativo comprovado pelos crescentes índices de alunos incluídos. Os números crescentes da educação inclusiva nos últimos anos estão demonstrados nos indicadores do Censo Escolar.” (p.2).

Parece-me que in/exclusão é um tema emergente em nossos tempos, principalmente quando estamos colhendo os frutos da Política Nacional de Educação Especial, implantada em 2008, “oficializando” a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares, nos estabelecimentos de ensino. Alunos que eram antes atendidos em classes e ou escolas especiais, com professores especializados, passam a dividir o espaço escolar nas classes regulares. Assim, a inclusão passa a ser um tema recorrente em revistas, jornais e até mesmo em reportagens televisivas.

Um exemplo disso podemos ter que a Revista Nova Escola de número 221, de 2009 traz uma reportagem intitulada “Falar com as Mãos”, abordando a necessidade de revisão da prática do professor, a presença do intérprete da LIBRAS em sala de aula e principalmente a presença do aluno surdo na sala regular, escrita por RODRIGUES que relata assim:

A inclusão de crianças com deficiência auditiva sempre foi polêmica, mas recentemente ganhou novo rumo em nosso país. De acordo com a política do governo federal, elas não devem mais ficar segregadas em escolas especiais e precisam estudar desde cedo em unidades comuns, com um intérprete que traduza todas as aulas para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o contraturno preenchido por atividades específicas para surdos. (R.N.E, 2009, p. 1).

Nesta mesma reportagem aborda-se o aspecto da escola se tornar-se bilíngue. E erroneamente pensa-se que está diretamente relacionado ao aluno surdo, mas RODRIGUES cita Muller que afirma: "A escola deve se tornar bilíngue. Os colegas têm de aprender Libras, afinal, no futuro, eles vão falar com os surdos inclusos na sociedade" (2009). O que desmistifica a ideia de que a escola bilíngue é

para o aluno surdo, na verdade ela é também para o ouvinte, para que a comunicação entre aluno surdo e ouvinte de estabeleça.

Assim o tema vem sendo fomentado intensamente nos últimas três décadas, mas de forma mais intensa no momento em que se consolida como política publica e direito do ser com deficiência. Assim, cada educador convive diante da dicotomia do discurso de que o professor precisa se preparar para conviver com a política de inclusão, contrapondo-se à resistência e ao medo de se expor para enfrentar o desconhecido. Da inclusão não há como fugir, podemos até mesmo resistir com nossos ranços e conceitos já estabelecidos, mas muito em breve seremos colocados contra a parede, e teremos que sair de nossa redoma e permitir isso também aos nossos alunos.

Não há mais como mascar a deficiência, ou mantê-la invisível. Cada ser humano passou a ter seu direito assistido, de ter um lugar na sociedade e isso inclui o direito à escola. E conseqüentemente desta espera-se que assuma o papel de preparar a todos para o convívio em sociedade.

2.2 Educação de Surdos

Após alguns apontamentos gerais sobre a educação para todos, quero fazer um breve apontamento para leis que falam especificamente sobre a educação dos DA (deficientes auditivos), mostrando que para que esse direito seja garantido deve haver o cumprimento no atendimento às necessidades específicas do DA sendo assistindo-o em sua necessidade especial, na condição de surdo.

Para que haja a universalização do ensino, e bem especificamente quero agora destacar as leis que promoveram a transformação na educação do DA. Assim sendo listo abaixo a legislação que normatiza a educação de surdos:

Quadro 3: Legislação para atendimento ao aluno surdo

Amparo Legal	Normatização
Constituição de 1988	Artigo 208.
Lei 7.853, de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de

	deficiência, sua integração social.
ECA, de 1990	Estatuto da Criança e do adolescente.
LDB, 1996	Capítulo sobre a Educação Especial.
Decreto nº. 3.298, de 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
A lei 10.172, de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Trata sobre a formação de profissionais tradutores intérpretes.
Resolução número 2, de 11 de setembro de 2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução do Conselho Nacional de Educação nº1/2002	Define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002	Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Decreto Nº. 5.626/05	Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras.
Decreto número 6.571 de 17 de setembro de 2008	Que dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
PNEE de 6 de junho de 2005	A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.
Política Nacional de Educação Especial de 7 de janeiro de 2008	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tenciona garantir a inclusão de todos os alunos com deficiência.
Estatuto do Deficiente de 2013	Garante a todas as pessoas com deficiência a igualdade de direitos perante a lei sem discriminação.

Assim, ao apontar para as leis acima listadas percebemos que existe amparo legal para a educação especial como um todo, sendo que o aluno surdo está

contemplado para ser incluído na rede regular de ensino. Neste caso, especificamente, tem garantido que tenha: o interprete da LIBRAS, assistência para que seja ampliada a sua comunicação na LIBRAS e sejam trabalhadas habilidades para que possa acompanhar a turma e sanar suas eventuais dificuldades. Ou seja, grande parte de sua deficiência pode ser suprida com o desenvolvimento de uma língua própria, gesto-visual, a Língua Brasileira de Sinais.

QUILES escreve:

De uma maneira geral, não há discordância entre as Leis e Documentos estudados quanto à orientação de que o aluno surdo deve ser encaminhado para inserção no ensino regular. Entretanto, a necessidade central do aluno surdo integrado/incluído refere-se à comunicação, barreira que deve ser eliminada, de forma a garantir o pleno acesso desse aluno no âmbito escolar... (QUILES, 2009, p.11274)

Fala ainda sobre a importância de se fazer uso da Libras, entre todos os agentes da escola, para que o caminho esteja liberado, para que a comunicação se estabeleça e o aluno surdo sinta-se incluído na classe regular.

...as Leis e Documentos que se baseiam na inclusão, a partir do princípio da diversidade, salientam sobre a importância da utilização de linguagens e códigos aplicáveis, isto é, enfatizam sobre a utilização e divulgação da Língua de Sinais, conhecida no Brasil como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nesse caso, faz-se necessário, para eliminar as barreiras de comunicação, a presença de um profissional especializado, o professor intérprete, que tem o papel principal de mediar a comunicação entre professor, aluno e demais atores da escola. (QUILES, 2009, p.11275)

Bem se sabe que a Língua Brasileira de Sinais já é reconhecida legalmente como Língua desde 2002. Temos políticas públicas que incentivam a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares. Há oficialmente incentivo para a formação de profissionais, tem-se incentivo inclusive o ensino de LIBRAS dentro das escolas para professores e pais de alunos. Mas na prática ainda está distante a consolidação destas leis.

3. OS ACHADOS DA PESQUISA: A VOZ DAS PROFESSORAS

Estou vivendo com o cotidiano novas possibilidades, onde os sujeitos vão entrando na pesquisa e com eles vou aprendendo ser possível ver o cotidiano com novas lentes e sentidos. Começo com muita humildade a compreender que para pensar a complexidade do cotidiano se faz necessário romper barreiras, principalmente as minhas. (RODRIGUES, 2009, p.20).

Rodrigues (2009) auxilia na análise das respostas da pesquisa. Os sujeitos, as professoras entrevistadas, foram adentrando no universo de minha pesquisa, fazendo-me perceber o “cotidiano” escolar das classes de educação de surdos, da escola pesquisada e compreender o que pensam os professores. Senti, em muitos momentos da investigação, que muito do que eu pensava sobre a dificuldade da inclusão de alunos em classes regulares, está diretamente relacionada ao fato dos professores acreditarem na viabilidade ou não desta. Inúmeros fatores contribuíram para a permanência das classes especiais de surdos.

Ao descrever o local da pesquisa já fiz um mapeamento da formação do professor e tempo de atuação tanto como professor e especificamente com a educação de surdos, caracterizando meus sujeitos de pesquisa. Agora quero deter-me às perguntas direcionadas ao assunto em loco: conhecimento das políticas de inclusão e prática e gestão de classes especiais de surdos. Sendo que neste capítulo quero me deter à análise do que dizem os professores, refletindo sobre o que se prevê para a educação de surdos e o que de fato acontece no cotidiano escolar da escola pesquisada.

As perguntas iniciais dos questionários foram direcionadas a caracterização dos sujeitos, fazendo indagações sobre a formação, tempo de atuação profissional e na escola pesquisada. As demais perguntas foram direcionadas ao conhecimento dos docentes e da gestão escolar e ação no contexto das políticas públicas para a Educação Especial.

3.1 Conhecimento sobre Políticas de Inclusão

Nesta questão os professores entrevistados foram levados a falarem do que sabem sobre o assunto, respondendo a seguinte questão: **Qual é o seu conhecimento sobre as políticas de inclusão? Relate.**

Ao relatarem sobre esse assunto todos os professores tiveram um momento de destacar tudo que sabem sobre o assunto, uma vez que são educadores que trabalham diariamente com a educação de DA. Algumas professoras apontam para a lei como falha, em ser abrangente e sendo de preferência na rede regular de ensino. A Professora 3 relata: “No entanto há muita fragilidade ainda na rede regular de ensino para promover a inclusão de alunos com deficiência”.

Apontam ainda para um grande descrédito na política de inclusão, quando a Professora 1 afirma:

“A inclusão no papel é muito fácil, mas na realidade é muito diferente. Falar de inclusão é fácil e bonito, mas a prática muito difícil e sempre fica para o professor, que na maioria das vezes não tem a qualificação necessária e o apoio necessário para que ele consiga realizar o seu trabalho.” (parte da resposta da professora 1)

Já a Professora 2 não aponta apenas para as políticas como favoráveis para as pessoas com deficiência, mas também para o dever da escola regular aceitar e matriculá-los. Ainda amplia sua resposta para a necessidade específica da educação do DA quando menciona a formação de professores dizendo que: “Em relação à educação de surdos, os cursos de formação de professores devem oferecer a disciplina da Libras no currículo escolar”.

A Professora 4 percebe a possibilidade de melhorar a educação quando assim escreve como finalidade das políticas de inclusão *“... criar mecanismos de adaptação voltados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais”*. Ainda, continua a ideia de que estes *“participem”* com os demais alunos, em um mesmo ambiente de sala de aula.

É oportuno lembrar que pelas colocações sobre a legislação de inclusão percebe-se de antemão um discurso de inviabilidade, pelo despreparo da escola de maneira geral. O professor ainda não se coloca individualmente como elemento de

transformação para que a inclusão de fato aconteça. Também a escola precisa comprometer-se para que a inserção dos alunos ocorra nas classes regulares.

3.2 Benefícios das Classes Especiais

Ao serem perguntados sobre a situação das classes especiais com a pergunta: **Quais são os ganhos dos alunos surdos em classes especiais?** Todos os professores entrevistados apontam como benefícios: serem atendidos em sua Língua Materna – a LIBRAS, contato com outros surdos, respeito ao seu ritmo de aprendizagem, aquisição da Língua Portuguesa como a segunda Língua, direito de manifestar a cultura surda como um grupo minoritário na sociedade.

Percebo aqui certa contradição, pois estes tópicos acima citados como sendo ganhos das classes especiais de surdos deveriam ser também garantidos nas classes regulares em uma escola como um todo. Ao pensar nos desafios que a educação inclusiva impõe, é possível verificar avanços, porém retrocessos também. Através das respostas dadas pelos professores entrevistados, é perceptível a clareza de todos das necessidades de cada aluno surdo. Mas a educação inclusiva ainda é submetida ao descrédito de que a escola regular seja capaz de dar conta de todas essas necessidades.

Sobre a situação das classes especiais QUILES(2009) aponta que deveriam continuar apenas em situações momentâneas, a fim de dar ao aluno plenas condições de frequentar as classes regulares, quando escreve:

Essas modalidades devem ser em caráter transitório, ou seja, visam preparar o aluno surdo para a sua inserção ou reinserção no ensino regular. É uma possibilidade de atendimento extraordinária porque só deve se recorrer a ela se o aluno surdo, devido à sua forma diferenciada de comunicação e sinalização, não estiver conseguindo acompanhar o processo de ensino aprendizagem na classe comum do ensino regular. (QUILES, 2009, p.11275)

Fazer com que a educação de surdos tenha credibilidade nas classes regulares de ensino requer grandes mudanças, mas não é tarefa fácil mudar essa realidade, especialmente no que se refere em dar ao aluno surdo estes benefícios garantidos nas classes especiais.

Apesar das mudanças apresentadas na legislação a incredulidade da capacidade do aluno surdo estar inserido nas classes regulares ainda está presente no discurso destes educadores.

3.3 Prejuízos por não estarem nas classes regulares

Sobre a pergunta **“O que os alunos surdos perdem por não estarem incluídos em classes regulares?”**, surge uma diferença de posição, duas entrevistadas percebem com prejuízo a falta de contato com os ouvintes, definido pela professora 4 como: *“...perdem a oportunidade de incluir-se socialmente com ouvintes”*. Como professora e, principalmente como pesquisadora, ansiava por receber essa resposta, mas ao mesmo tempo temia que não fosse surgir.

Desta forma há esperança, surge uma luz no fim do túnel. É conveniente lembrar que esta é a percepção da professora 3 e 4, com experiência igual ou menor de 10 anos com a educação de surdos. Posso me atrever a afirmar que a caminhada está sendo feita, nem todos os pensamentos estão cristalizados na impossibilidade de rever a educação de surdos.

Já as professoras 1 e 2, com 24 e 20 anos de experiência com a educação de surdos, respectivamente, manifestam-se de não perceberem perda para os alunos por não estarem incluídos nas classes regulares. A professora 1 afirma: *“Na minha opinião não existe perda... o contato com ouvintes pode acontecer de muitas maneiras diferentes, não precisa necessariamente ser dentro de uma sala de aula.”* E ainda para complementar esse pensamento a professora 2 escreve:

Como defensora das classes especiais, acredito que os alunos surdos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio não perdem nada por não estarem incluídos em classes regulares. Alunos surdos adultos, ao frequentarem uma Universidade estarão mais preparados para acompanharem as aulas com o apoio de uma intérprete de Libras. (Resposta da Professora 2)

3.4 Preparo da Escola

Referente ao preparo da escola em que trabalham foi perguntado: **Você acredita que a sua escola teria a estrutura necessária para promover a**

inclusão dos alunos surdos? Lembro aqui a pergunta foi direcionada claramente com a realidade escolar em que vivem, onde há vários professores interpretes ao menos 12 professores da escola dominam a LIBRAS. A professora 3 aborda como possibilidade “*se alunos, professores, funcionários e direção soubessem LIBRAS seria perfeito.*” Novamente se abre a possibilidade na condição de que haja o envolvimento e o comprometimento de todos os envolvidos no cotidiano escolar, para que dominem a LIBRAS e tenham fluência na comunicação com os alunos surdos.

Também a professora 4 afirma que percebe despreparo da escola pois “*... para promover a inclusão de alunos surdos penso que todos os professores envolvidos deveriam ter um amplo conhecimento e estudo sobre a Cultura Surda.*”

Novamente percebe-se o descrédito na inclusão de alunos surdos em classes regulares, por parte da professora 2, pois essa acredita que a escola já está no caminho correto, não vê necessidade de cogitar a necessidade de mudança, quando afirma:

A escola na qual atuo já promove a verdadeira inclusão de alunos surdos com alunos ouvintes, no momento em que desenvolve atividades onde estes “dois mundos” trocam experiências sem “forçar a barra”, ou seja, tudo acontece de forma muito natural. Alunos ouvintes têm em seu currículo escolar as disciplinas de Libras e de Língua Portuguesa, bem como, alunos surdos têm em seu currículo escolar as disciplinas de Língua Portuguesa e de Libras (Resposta da professora 2).

Mas se observarmos o currículo de disciplinas desta escola, os alunos tem a disciplina de LIBRAS, do Maternal 2 ao 5º Ano do Ensino Fundamental, depois não é mais contemplada como disciplina nos anos finais do Ensino Fundamenta II, apenas como oficina, onde frequentam duas alunas que são novas na escola, vindas de Minas Gerais. A disciplina novamente é ofertada como disciplina optativa no Ensino Médio, onde atualmente não tem nenhum aluno ouvinte matriculado. O que mostra a Disciplina a irrelevância da LIBRAS no cotidiano escolar dos alunos ouvintes, já no meio escolar e conseqüentemente no meio social.

Ainda referente ao preparo da escola a professora 1 comenta que a escola tem estrutura física, mas encontra-se desprovida de profissionais especializados. Penso que o atendimento educacional especializado também não é garantido quando os alunos estão nas classes especiais. Mas a escola hoje é privilegiava com

vários profissionais que dominam a LIBRAS e que poderiam estar promovendo a inclusão dos surdos nas classes regulares, dando-lhes a assistência em sala de aula e em contra turno com apoio específico conforme as necessidades de cada um.

3.5 Benefícios para os Alunos Ouvintes

Quais seriam os ganhos dos alunos ouvintes com a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares? Esta foi mais uma pergunta com o intuito de fazer os professores entrevistados perceberem o outro lado, o dos ouvintes e ainda, pensarem na possibilidade dos próprios surdos como cooperadores de uma sociedade melhor, mais solidária e aberta para acolher a diversidade.

Agora surge uma surpresa em minha pesquisa, a professora 2 que até agora postou-se totalmente favorável a permanência das classes especiais, consegue perceber que a inclusão poderia trazer benefícios aos alunos ouvintes quando afirma que *“Acredito que seriam os maiores beneficiados, pois estariam em contato direto com uma nova Língua, visual-espacial, a Libras. Eu ampliaria isto não apenas como benefício para os alunos ouvintes, mas como um ganho de duas vias. Na medida em que as classes regulares tivessem a presença dos alunos surdos, os alunos ouvintes sentiriam a necessidade real de aprender a LIBRAS para se comunicarem com os colegas surdos, ampliariam seus conhecimentos sobre a cultura surda, poderiam ser auxiliares em potencial, dos professores, nas dificuldades que os alunos surdos viessem a apresentar. Também como sendo uma segunda língua para os ouvintes teriam a prática diária da mesma, ampliando seu vocabulário na LIBRAS, como ainda os alunos surdos teriam maior compreensão na Língua Portuguesa, ampliando sua compreensão e escrita na Língua Portuguesa.*

Já a professora 1 não consegue visualizar ganhos para os alunos ouvintes, quando assim escreve:

Assim como não vejo ganho para o surdo, acho que também não existe um ganho para o ouvinte, que justifique fazê-lo conviver dentro de uma sala de aula onde a língua usada será diferente e até em algumas vezes a metodologia usada terá que ser diferente. O ganho da convivência, da integração e até da troca de língua e experiências pode acontecer de outras maneiras e em outros espaços que não precise ser dentro de uma sala de aula, mesmo porque não será o fato de estarem dentro de uma mesma sala

de aula que irá garantir que ambos terão ganhos, pois tudo dependerá da vontade de ambos (surdos e ouvintes) em se conhecer, conviver, aprender um com o outro, trocar, conhecer o universo de cada um e a língua de cada um, etc. (Professora 1)

No relato dessa professora novamente surge um termo manifestado em outros momentos nas respostas de sua entrevista: a integração. Parece-me que este é um termo que já deveria estar superado, pois teoricamente deveria estar sendo substituído pela inclusão. Não pretendo aprofundar-me nesse tema aqui, mas quero enfatizar que discursos que se constituem historicamente são incorporados e acreditados pelos professores ao longo de sua caminhada, o que pode claramente ser visto no discurso dessa professora que ainda vê na educação dos surdos meramente a possibilidade de integração dos alunos, e não sua inclusão de fato. O que nos leva a crer que conceitos são constituídos ao longo de uma caminhada e a desconstituição dos mesmos também não é estanque e imediata, por ela se perpassa todo um processo. Falar de integração e inclusão é partir de um conceito para o outro envolvendo momentos onde ambos se fundem e se contrapõem.

Referente a esses termos QUILES(2009) escreve:

O que se pode destacar como instigante é que as Leis e Documentos baseados na concepção da integração e no princípio da normalização têm uma proposta de escolarização para o aluno surdo diferenciada das Leis e Documentos baseados na concepção da inclusão e no princípio da diversidade. Assim, evidenciou-se que a proposta de escolarização concebida ao aluno surdo não está exposta de uma forma linear. Portanto, uma das leituras possíveis é a percepção dessas duas tendências diferenciadas mesmo que não seja tão nítida a distinção entre elas em todas as Leis e Documentos. (QUILES, 2009, p.11274)

Desta maneira, rever o espaço do aluno dentro da escola regular, requer uma construção coletiva. A escola precisa antes de mais nada acreditar na possibilidade da inclusão, os professores precisam sentir-se preparados para tal, os alunos e demais integrantes do meio escolar.

3.6 Benefícios para a Sociedade

Ao serem convidados a pensar sobre o reflexo da inclusão dos alunos surdos nas turmas regulares na sociedade, com a pergunta: **Quais seriam os benefícios**

para a sociedade? Surge a grande surpresa, todas as professoras veem que se os alunos surdos estivessem inseridos nas turmas regulares um maior número de pessoas passariam a ter conhecimento e uso da LIBRAS, fazendo com que o surdo tivesse maior espaço para sua compreensão na sociedade de forma geral.

A professora 3 afirma que a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares significaria para a sociedade um espaço de *“igualdade, compreensão e interação com a diversidade”* e ainda a professora 4, para complementar escreve que seria uma oportunidade de *“aprender a lidar com as diferenças”*.

Quando se pensa em ampliar o uso LIBRAS e a compreensão da da cultura surda, socialmente, precisamos nos atrever a colocar a escola no papel de conscientização e uso da mesma. Mas, se nem ao menos a escola se compromete em ampliar o uso desta língua e incluir os alunos nas classes regulares, isso se refletirá socialmente. Nesse aspecto a professora 2 coloca a importância do domínio social da Libras, para que haja de fato a inclusão do surdo na sociedade, mas em seu discurso não vê a possibilidade de incluir o surdo nas classes regulares, ela assim escreve:

A sociedade só vai ser beneficiada como um todo quando todos dominarem a Língua de Sinais, sem que esta seja uma exigência obrigatória e sim algo natural. O aluno surdo só estará realmente incluído na sociedade quando sua Língua for respeitada e usada, sem a necessidade de intérpretes. Imagine chegar numa aula em que você está “incluído” e sua professora não sabe lhe dizer “oi”, “boa tarde”, “conseguiu fazer o tema?” A inclusão, atualmente, é uma “exclusão”. (Professora 2)

Ainda com respeito à pergunta, quando falamos em benefícios sociais sobre conhecimento e uso da Libras a professora 1 comenta que seria importante “conhecer o sujeito surdo como ser social, com sua língua, cultura...”. Mas como haveremos de promover o conhecimento das características e necessidades destes se nem ao menos possibilitamos o espaço de inclusão destes no meio escolar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O volume de informações com que o ser humano precisa lidar aumentou em progressão geométrica na última década. Das informações mais importantes às mais prosaicas, quase não temos mais a desculpa da ignorância. (SIVA, 2004, p.170)

Ao fazer o fechamento de minha pesquisa, com minhas considerações finais, pontuei a citação de Silva (2004), por ser essa uma de minhas premissas enquanto educadora. Não nos cabe mais dizer que não sabemos. As informações estão aí, diante de nossos olhos, o acesso à informação é imediato. Lembro quando saiu a primeira versão da LDB em 1996, ela era esperada ansiosamente pelo meio escolar, todos queriam saber o que ela contemplava, parecia quase uma “Bíblia” da educação. Mas tenho a leve impressão que a escola a deixou muito bem guardada, tanto que muitos educadores ainda estão alheios ao que ela contempla para as escolas de nosso país.

Hoje acessamos a internet e temos todas as informações que precisamos referentes aos mais diversos temas, relacionados à educação ou qualquer outro assunto. Os cursos de Pós-graduação estão vindo para dentro de nossas escolas garimpando alunos, e ainda mais, é crescente a modalidade de EAD. Fica até difícil escolher entre tantas opções. Vemos alguns professores portadores de mais de um curso de Pós-graduação, e sempre em busca de mais conhecimento, enquanto isso, por outro lado, temos aqueles professores que estão contando os anos, meses e dias para se aposentarem e nada mais há que se possa acrescentar em nível de aquisição de novos conhecimentos, mudança de conceitos e reavaliação de sua prática diária.

Neste estudo, tive como objetivo essencial dedicar-me a olhar sobre a prática de gestão de turmas de classes especiais de surdos que acontece em uma escola regular de ensino verificando como os professores se posicionam diante das novas leis de inclusão e identificar quais foram os elementos que desencadearam a permanência das classes especiais. Enfim, me apossar de certa sensibilidade a um tema ainda tão distante entre prática e teoria.

Ao final de mais uma monografia, sentindo-me ainda uma pequena fagulha em se falando do assunto inclusão. Veio-me a mente o que me fez ter o primeiro contato com o surdo. Logo me lembrei de meus sobrinhos. Eles são o exemplo real de que tudo o que acredito sobre a inclusão. Então, solicitei que minha cunhada escrevesse sobre sua experiência de mãe com dois filhos surdos. Hoje, Jean tem 21 anos e Stefany de 16 anos, ambos são frutos da escola inclusiva. Ele cursa Publicidade no IFSUL/Campus de Erechim e trabalha na empresa Comil. Ela cursa a 3º Série do Ensino Médio e tem como ideal de ser jogadora profissional de futsal. Sei que muitas foram as dificuldades, desafios e lutas desta família para que seus filhos, surdos, tivessem oportunidade e a garantia de seus direitos como surdos. Ela faz um belo relato quando assim escreve:

“A Inclusão [...] é ser respeitado nas suas diferenças e não ter de se submeter a uma cultura, a uma forma de aprender, a uma língua que não é sua’. (Gárdia Vargas) É esse respeito que sempre busquei para meus filhos. Tenho dois filhos surdos e batalhei pelos seus direitos, mas muito mais que isso, procurei inseri-los na sociedade para que nada os impedisse de serem participantes como os ouvintes. Não teve nada até o momento que eles deixaram de fazer ou de conseguir por serem surdos. Ao contrário tiveram oportunidades e demonstram suas capacidades de superação de forma admirável. Essa independência e desenvoltura que meus filhos alcançaram foi por ter sido oportunizado a eles a Libras como primeira língua, a inclusão no mundo dos ouvintes respeitando essa língua e fazer parte da comunidade surda, sendo que toda a família aprendeu e é a língua utilizada para a comunicação em todos os espaços e momentos. Só posso dizer que sou privilegiada por ter filhos surdos e aprendo muito com eles. (Roseli Krebs, 47 anos, Mãe de Jean e Stefany- ambos surdos)

Claro que Stefany com seu perfil de autonomia e determinação não perderia a oportunidade de falar sobre si. Menina que desbravou o mundo. Nada para ela representa dificuldade, mas antes um desafio a ser vencido. Uma grande guerreira! Assim, constituída, por uma família que lutou por ela, mas também por uma escola, que se dispôs a aprender com ela e a ensiná-la. Professores que enfrentaram o medo de trabalhar com a inclusão do surdo. Colegas que se dispuseram a aprender a LIBRAS com o intuito de se comunicar com ela e demais alunos surdos da escola.

Muito lindo o que Stefany escreve:

Eu estudava na sala especial para surdos com os meus colegas surdos na 1ª até 4ª série. Comecei a estudar na sala com os ouvintes, na inclusão, mas tive a intérprete de libras, é direito do surdo. Achei que ia ser difícil, mas não foi, aprendi muitas coisas com os ouvintes. Os ouvintes aprenderam falar em Libras para se comunicar com os surdos, os professores foram legais também. A minha opinião é que foi bom estudar na

inclusão, porque aprendi muitas coisas, igual os ouvintes aprenderam. As provas e os trabalhos não tem diferença. Sempre gostei de estudar com os ouvintes, mas sei que às vezes é difícil estudar na inclusão, porque não são respeitadas as diferenças na língua do surdo, não é compreendido que para o surdo o português tem que ser decorado para saber as palavras e muitas vezes temos que reclamar com os professores para nos respeitar, mas é bom o desafio e depois se acostuma, pois na faculdade é a inclusão. Tem uns surdos que gostam de estudar na escola só para surdo, mas eu prefiro estudar na inclusão. (Stefany Krebs, 16 anos, surda)

Desta forma, penso a educação como um processo que precisa passar por etapas. Nada se muda de uma hora para a outra. Precisamos de tempo e acima de tudo acreditar que a escola precisa ser o agente de transformação social. Se quisermos uma sociedade que inclua precisamos promover, já nos bancos escolares, esta transformação. Não há como esperar que a sociedade promova o espaço para a diversidade, sem que este conceito seja aprendido, acreditado e, acima de tudo, praticado no meio escolar. Como diz FREIRE (2000, p.67): “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade se muda”. O que nos leva a entender que a educação não pode voltar seu olhar para a sala de aula meramente, mas dar sua contribuição para que as transformações sociais aconteçam.

Percebo uma lógica perversa vivenciada por uma falsa inclusão, os alunos surdos tornam se vítimas da própria esperança. Ao mesmo tempo em que buscam um lugar na sociedade, que sejam aceitos com sua cultura própria, já no meio o escolar tem um lugar de aprendizagem isolado dos ouvintes. Sendo oportunizados apenas alguns momentos de contato com os mesmo. Essa é, infelizmente, uma realidade que se constatou nesta pesquisa.

A inclusão dos alunos surdos acontecerá de fato se forem atendidos em salas de aulas regulares, com seus direitos assistidos. Quando a escola como um todo se tornar bilíngue, não apenas para os surdos, mas também para os ouvintes. Que a LIBRAS se estabeleça de fato como língua e como meio de comunicação entre os surdos e os ouvintes.

Confirmou-se, o que eu pensava ao iniciar a pesquisa, de que professores com menos tempo de profissão estão mais abertos para rever conceitos, de que a inclusão nas classes regulares traria benefícios aos alunos surdos e também aos ouvintes, e por consequência para a sociedade como um todo. Assim aumentar-se-ia o número de pessoas que tivessem o domínio da LIBRAS, o que também se

refletiria na comunicação fora da escola. Daria mais acesso aos surdos e teriam uma maior autonomia para enfrentar a inclusão na universidade.

Pude verificar, também, que a escola não dá crédito à inclusão, vê isso como um retrocesso para os alunos surdos, conseqüentemente não deu espaço para que a tentativa da inclusão fosse feita. Embora tivesse todo o preparo de pessoal humano para promover a mesma, tendo hoje, mais de 10 professores que dominam a LIBRAS e alguns deles inclusive são interpretes.

Ao que tudo indica, não respeitou a necessidade de uma escola que voltasse seu olhar para a nova realidade de inclusão, de respeito pela individualidade na diversidade. Fechou a necessidade do uso da LIBRAS apenas para os alunos surdos, despreocupou-se em cultivar e respeitar a língua entre os alunos ouvintes. Claro incluiu-se a LIBRAS no currículo dos ouvintes do Maternal 2 até o 5º Ano do Ensino Fundamental. Mas a contar do 6º ano ao Ensino Médio, há o corte. Oferece-se a Libras como oficina para o Ensino Fundamental II e como disciplina optativa no Ensino Médio, mas quase não há interessados, tendo hoje três alunas que são novas na escola fazendo a oficina e nenhum aluno ouvinte frequentando a Libras como disciplina optativa.

Aponta como pré-requisito a aquisição da LIBRAS, para avançar na aquisição de conteúdos escolares. Tanto que acontece a retenção de alunos por não dominarem a Libras. Por muitos anos, produziu a retenção escolar e não se incomodou com isso, sendo que a maioria dos alunos tem a idade mais avançada do que a indicada para série. Grande parte dos alunos repetem as séries dos anos iniciais e os que avançam para o Ensino Médio, chegam lá, na maioria dos casos maiores de idade.

Sob o jugo de, por vezes, ter percebido um olhar de discriminação pelo fato de não se valer a minha opinião por ser a “inexperiente” em se tratando da educação de surdos, hoje “infiltrada” em um meio escolar que trabalham com classes especiais, além das regulares, carrego a inquietação de com esta monografia ter aprofundado um pouco mais meus conhecimentos sobre a educação especial.

Consigo melhor entender que a educação de surdos que se produziu neste meio escolar é reflexo de uma construção de conceitos, de uma caminhada de vinte e um anos. Percebo que esta é produto de um processo construído ao longo dos

anos abrangendo a educação de surdos em todo o país e que este não é um caso isolado. Muito do que se fez no início, onde se trabalhava com a oralização, já foi substituído pelo uso da Libras e reconhecimento da cultura surda, o que me leva a crer que ainda verei a extinção das classes de surdos, sendo estes incluídos nas turmas regulares.

Trago comigo uma mistura de sentimentos, feliz por ter oportunidade de aos poucos estar aprendendo um pouco mais sobre o universo da cultura surda e a Libras, contrapondo-se a certa “revolta”, por não ter força para mobilizar a inclusão dos alunos surdos. Quero destacar que, em nenhum momento, tive a intenção de menosprezar aqueles que não compactuam com o que eu penso sobre a efetiva inclusão dos alunos surdos, mas sim refletir cientificamente sobre essa realidade.

Assim, ao concluir minha monografia, percebo-me mais uma vez incompleta diante da situação que se impõe no fato de, ao chegar ao final de uma etapa, estar novamente diante de um mundo que ainda precisa ser descoberto. Encontrei respostas para muitas de minhas indagações iniciais, no entanto, outras tantas saltaram aos olhos e os questionamentos continuam. Com certeza, muitas perguntas ainda serão feitas. E, quem sabe, despertarão em novos pesquisadores o interesse de aprofundamento nesta área de pesquisa ainda tão pouco explorada. Mas, por hora, tenho a utopia de que tenhamos de fato e de direito a real implantação das políticas públicas, de inclusão social.

Importa o que a pesquisa significou para mim, ontem a “menina da roça”, hoje mãe, mulher, professora e sempre de novo acadêmica. Sou um exemplo de que barreiras de exclusão social existem para serem vencidas. Se eu, vinda da escola rural resisti à exclusão a que muitos ainda estão submetidos na sociedade brasileira, também a exclusão dos alunos surdos em classes especiais ainda há de ser superada. Vemos isto nos exemplos dos casos de Stephany e Jean e muitos outros que devem existir por este Brasil a fora. Enfim, significou a oportunidade de me aprimorar como pesquisadora e de refletir profundamente sobre a educação especial como um todo. E se ainda falamos em inclusão é por que em pleno século XXI a exclusão ainda persiste.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli; A Jovem pesquisa brasileira. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.11-24, set./dez. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Diretrizes Nacional para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL, Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília, 2004.

BRASIL. **PNEE**. 6 de junho de 2005. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2001.

GARBINI, Fernanda Zanette; BRENDLER, Giovana Giacomini. e CAMPOS, Juliana Durand de Oliveira. **Problematizando a formação docente e a in/exclusão escolar: uma breve análise**. In: Anais do IV Congresso Internacional de Educação: educação, docência e humanização. Santa Maria: FAPAS, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatuto da criança e do adolescente**, Brasília, 2005.

NÓVOA, Antonio. **Vidas de Professores**. Lisboa: Porto, 1992.
QUILES, Raquel Elizabeth Saes - **POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL PÓS 1994: REFLETINDO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS**, UFMS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RODUIQUES, Cíntia. Falar com as mãos. **REVISTA NOVA ESCOLA**, São Paulo, nº 221, Abril 2009.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes & Manias**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Magda Raquel Glienke Benati à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada: **Legislação e Inclusão Escolar: Uma Prática de Gestão em Classes Especiais em uma escola regular de ensino.**

Objetivo do estudo: Em minha pesquisa tenho por objetivo fazer a descrição e análise de uma prática e gestão de turmas de classes especiais de surdos que acontece há 21 e verificar como os professores se posicionam diante das novas leis de inclusão.

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Sapiranga, 03 setembro de 2014.

Prof^a. Dr^a. Débora Teixeira de Mello
Orientadora

**APÊNDICE 2**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Legislação e Inclusão Escolar: Uma Prática de Gestão em Classes Especiais em uma escola regular de ensino.

Pesquisadora responsável: Magda Raquel Glienke Benati

Orientadora: Professora Dr^a Débora Teixeira de Mello

Instituição: UAB/ UFSM.

Prezado(a) Colaborador(a):

Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Em minha pesquisa tenho por objetivo fazer a descrição e análise de uma prática e gestão de turmas de classes especiais de surdos que acontece há 21 e verificar como os professores se posicionam diante das novas leis de inclusão.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam:

- 1 - Há quantos anos você atua como professora de alunos surdos?**
- 2 - Qual é o seu conhecimento sobre as políticas de inclusão? Relate.**
- 3 - Quais são os ganhos dos alunos surdos em classes especiais?**
- 4 - O que os alunos surdos perdem por não estarem incluídos em classes regulares?**
- 5 - Você acredita que a sua escola teria a estrutura necessária para promover a inclusão dos alunos surdos?**
- 6 - Quais seriam os ganhos dos alunos ouvintes com a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares?**
- 7 - Quais seriam os benefícios para a sociedade?**

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Sapiranga, 03 de setembro de 2014.

Professora Autora das respostas da Pesquisa



APÊNDICE 3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do estudo: Legislação e Inclusão Escolar: Uma Prática de Gestão em Classes Especiais em uma escola regular de ensino.

Pesquisadora responsável: Magda Raquel Glienke Benati

Orientadora: Professora Débora Teixeira de Mello

Instituição: UAB/ UFSM.

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado em uma escola particular e filantrópica do município de Sapiranga/RS. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Magda Raquel Glienke Benati.

Sapiranga, 03 de setembro de 2014.

.....
Magda Raquel Glienke Benati



APÊNDICE 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário de Pesquisa

- 1 - Há quantos anos você atua como professora de alunos surdos?**
- 2 - Qual é o seu conhecimento sobre as políticas de inclusão? Relate.**
- 3 - Quais são os ganhos dos alunos surdos em classes especiais?**
- 4 - O que os alunos surdos perdem por não estarem incluídos em classes regulares?**
- 5 - Você acredita que a sua escola teria a estrutura necessária para promover a inclusão dos alunos surdos?**
- 6 - Quais seriam os ganhos dos alunos ouvintes com a inclusão dos alunos surdos nas classes regulares?**
- 7 - Quais seriam os benefícios para a sociedade?**